

Gabriela Romey/Folha Imagem



O senador Edison Lobão alertou ontem para as dificuldades financeiras enfrentadas pelo Ibama. Já Papaléo Paes defendeu contrapartida do governo ao “tombamen-
to verde” promovido no Amapá. (Foto mostra o garoto Ediel Barros da Costa, 11 anos, colhendo cacho de açaí, na reserva Cajari, no estado). **Página 5**

Senadores querem maior controle sobre as ONGs

Arthur Virgílio e Heráclito Fortes defendem instalação de CPI, enquanto Romero Jucá admite necessidade de fiscalizar melhor os repasses de recursos públicos para ONGs. **Página 6**

Cristovam prefere o PDT na oposição

Página 7

Ideli: foto explica reeleição de Lula

Página 5

Voto de aplauso do Senado para dom Cláudio Hummes

Os senadores aprovaram homenagem, proposta por Marco Maciel, ao cardeal-arcebispo da Arquidiocese do Estado de São Paulo, nomeado para alto cargo no Vaticano. **Página 4**

Congresso pode garantir planos de carreira

Projetos em pauta referem-se ao TCU, Judiciário, Ministério Público Federal e Executivo

O Congresso Nacional deve examinar hoje, a partir das 19h, duas propostas que viabilizam, do ponto de vista orçamentário, a implantação de planos de carreira e aumentos salariais nas esferas do Tribunal de Contas da União, do Judiciário, do Ministério Público Federal e do Executivo. As propostas de reestruturação das carreiras já haviam sido aprovadas, no início de setembro, pela Câmara dos Deputados e pelo Senado. A pauta pode incluir ainda projeto de resolução que muda o rito de tramitação do Orçamento da União no Congresso. **Página 2**

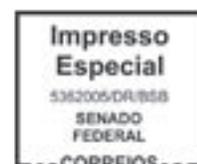


Célio Azevedo

Presidida por Antonio Carlos Biscaia (E), CPI ouve depoentes a partir das 14h

Gedimar e Hamilton prestam depoimento hoje na CPI

O ex-policial federal Gedimar Passos e o ex-assessor de imprensa Hamilton Lacerda serão ouvidos hoje pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Sanguessugas. Integrantes da comissão afirmam que os dois estão fortemente ligados à questão do dinheiro apreendido no hotel Ibis, de São Paulo, em 15 de setembro, para supostamente comprar dossiê contra o PSDB. A origem do R\$ 1,7 milhão e a troca de telefonemas que cercou a entrega do dinheiro devem marcar os depoimentos. **Página 3**



Projetos na pauta da sessão de hoje viabilizam benefícios para servidores do TCU, Judiciário, MP e Executivo

Congresso vota garantia de recursos para planos de carreira

O Congresso deve examinar, em reunião prevista para hoje, às 19h, duas propostas que viabilizam, do ponto de vista orçamentário, a implantação de planos de carreira e aumentos salariais nas esferas do Tribunal de Contas da União (TCU), do Judiciário, do Ministério Público Federal (MPU) e do Executivo. As propostas de reestruturação das carreiras já haviam sido aprovadas, no início de setembro, pela Câmara dos Deputados e pelo Senado.

Um dos projetos (PLN 11/06) altera o texto da Lei Orçamentária da União deste ano (Lei 11.306/06) para incluir limites financeiros e autorizações específicas necessárias. Já o PLN 12/06 abre crédito suplementar de R\$ 1,77 bilhão para cobrir, ainda no Orçamento atual, o acréscimo de despesas decorrente das medidas. O crédito ficará centralizado no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que fará o remanejamento para os demais Poderes e para o MPU.

Impedimento

A pauta da sessão pode incluir ainda projeto de resolução que muda o rito de tramitação do Orçamento da União no Congresso (PRN 02/05). Para isso, o líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), tenta negociar acordo com os demais líderes partidários. De autoria do deputado Ricardo Barros (PL-PR), a pro-

posta tem por finalidade conferir maior transparência ao processo de apresentação e discussão das emendas parlamentares.

O projeto propõe reduzir para menos da metade o número de parlamentares que compõem a Comissão Mista de Orçamento (CMO), passando de 84 para 40 integrantes. Além disso, impõe rodízio partidário para o comando das dez relatorias setoriais que examinam as mudanças apresentadas ao projeto do Orçamento.

O excessivo número de integrantes da CMO tem sido indicado como causa das dificuldades de obtenção de quórum para votação de matérias. São necessários 32 deputados e 11 senadores para as deliberações – número raramente alcançado. Por isso, as votações só têm ocorrido mediante acordo, uma vez que basta apenas um pedido de verificação de quórum, feito por qualquer parlamentar, para o cancelamento da reunião.

Ricardo Barros tem-se utilizado dessa estratégia para exigir que seu projeto seja examinado pelo Congresso. Se isso não ocorrer, ele promete pedir verificação de presença e derrubar as sessões que venham a ser marcadas. Por conta dessa postura do deputado, há sete meses não são apreciadas matérias que exigem deliberação conjunta da Câmara e do Senado.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário

A sessão deliberativa tem início às 14h. A Medida Provisória 314/06, que abre crédito extraordinário em favor dos ministérios dos Transpor-

tes, do Desenvolvimento Agrário e da Integração Nacional, tranca a pauta. Se a pauta for liberada, será votada a MP 315/06, sobre opera-

ções de câmbio, registros de capitais estrangeiros, pagamento em *free shops* e tributação do arrendamento mercantil de aeronaves.

Super-Receita

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) – *foto* – reúne-se às 10h para analisar pauta com 31 itens, incluindo o projeto que cria a Receita Federal do Brasil (a chamada Super-Receita) e o substitutivo a

três proposições que tratam da adesão de pessoas jurídicas ainda não cadastradas no Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples).



Congresso Nacional

Senadores e deputados reúnem-se em sessão conjunta do Congresso Nacional às 19h. Os parlamentares devem votar dois créditos suplementares cuja aprovação é necessária para que sejam sancionados projetos de

lei, aprovados em 6 de setembro, que reestruturam as carreiras dos servidores do Judiciário e do Ministério Público da União e concedem 15% de aumento aos servidores do Tribunal de Contas da União.

Conselho de Ética

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar reúne-se às 10h para discutir e votar o relatório do senador Jefferson Péres (PDT-AM) sobre o processo disciplinar contra o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) por quebra

de decoro parlamentar. Em seguida, será apresentado e votado o relatório do senador Paulo Octávio (PFL-DF) sobre o processo disciplinar contra a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT).



Florestas

A Comissão de Meio Ambiente, e Defesa do Consumidor (CMA) – *foto* – analisa, a partir das 11h30, 16 proposições, três delas visando alterar o Código Florestal. O PLS 410/05 concede incentivos à promoção da reposição florestal; o PLS 158/02

permite que, nas propriedades rurais, a área de preservação permanente seja incluída no cálculo da reserva legal; e o PLS 201/03 responsabiliza o proprietário pelo florestamento ou reflorestamento das áreas de preservação permanente.

Bolsa de estudo

Na pauta da Comissão de Educação (CE), às 11h, encontra-se projeto que institui bolsas de estudo a policiais federais, civis e militares, bombeiros e membros das Forças Armadas. Ainda será analisada a concessão de incentivos fiscais a bens de informática e automação da área de livre comércio de Macapá e Santana (AP).

Sanguessugas

Às 14h, a CPI dos Sanguessugas ouve o advogado e ex-policial federal Gedimar Passos. Às 15h, é a vez de Hamilton Lacerda, ex-coordenador de comunicação da campanha do senador Aloizio Mercadante (PT-SP). Ambos os depoentes são acusados de envolvimento no escândalo do dossiê contra tucanos.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: João Alberto Souza

3º Secretário: Paulo Octávio

4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos

Suplentes de Secretário: Serys Slhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:

Armando S. Rollemberg

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Davi Emerich, Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Papaléo Paes, Alvaro Dias e Leonel Pavan



Raupp apresenta hoje números finais da reestimativa feita por consultores

Termina prazo para apresentar emendas ao Orçamento 2007

O prazo para a apresentação de emendas ao projeto do Orçamento da União para 2007 será encerrado hoje. O envio das propostas à Comissão Mista de Orçamento (CMO) entra, normalmente, pela noite. Entre as bancadas dos estados, particularmente, o consenso sobre as proposições costuma ocorrer em reuniões até na véspera do dia final, o que provoca muita correria nos gabinetes dos parlamentares que atuam como coordenadores.

Cada bancada poderá apresentar entre 18 e 23 emendas, dependendo do número de parlamentares integrantes. Deputados e senadores, cada um, podem inserir 20 propostas (as chamadas emendas individuais, geralmente utilizadas para a indicação de projetos em suas bases eleitorais). As comissões técnicas da Câmara dos Deputados e do Senado têm direito a cinco proposições, como previsto no relatório preliminar aprovado pela CMO, sugerido pelo relator-geral, senador Valdír Raupp (PMDB-RO).

A cota de recursos autorizados para despesas, para cada parlamentar, com todas as emendas individuais foi definida em R\$ 6 milhões. Para cobrir esses gastos, o relator-geral lançará mão de recursos já contidos na reserva de contingência com tal finalidade. Sem limite global predefinido, as emendas de bancadas e comissões dependem ainda da revisão das receitas do projeto orçamentário preparado pelo governo, trabalho em via de ser concluído.

Receitas extras

Hoje, às 9h, Raupp terá reunião com o comitê de receitas para apresentar os números finais da reestimativa feita por consultores de Orçamento da Câmara e do Senado. Na semana passada, o relator antecipou que já haviam sido identificadas receitas extras de R\$ 5,5 bilhões. Porém, disse que precisa de mais recursos para fechar as contas “sem arestas”.

Comissão Parlamentar de Inquérito dos Sanguessugas ouviu hoje ex-policia federal, preso com cerca de R\$ 1,7 milhão, e ex-assessor de comunicação que foi filmado entrando com bolsa e sacola em hotel e saindo de mãos vazias

Origem de dinheiro deve ser a tônica dos depoimentos de Gedimar e Hamilton

A origem do R\$ 1,7 milhão que pagaria um dossiê contra candidatos do PSDB e as trocas de telefonemas que cercaram a entrega do dinheiro devem ser os temas dominantes nos depoimentos a serem prestados hoje à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Sanguessugas pelo advogado e ex-policia federal Gedimar Passos, a partir das 14h, e pelo ex-assessor de imprensa de Aloizio Mercadante (PT-SP) Hamilton Lacerda, às 15h.

Embora tenham preferido não antecipar suas perguntas, os deputados Fernando Gabeira (PV-RJ) e Carlos Sampaio (PSDB-SP) observam que os dois depoentes estão fortemente ligados à questão do dinheiro apreendido em poder de Gedimar e do empresário Valdebran Padilha, no hotel Ibis, em São Paulo, no dia 15 de setembro.

Gabeira lembra que a alegação de que levou boletos de arrecadação de fundos eleitorais ao hotel – apresentada por Hamilton à Polícia Federal – já foi desmentida até pelo senador Mercadante e

pelo então coordenador-geral da campanha de reeleição do presidente Lula, Ricardo Berzoini.

– Isso é falso, a começar pelo fato de que não foram encontrados os tais boletos, mas, sim, dinheiro – comentou Gabeira, que é sub-relator da CPI.

O deputado espera agora obter mais elementos sobre a origem do dinheiro; no entanto, disse aguardar o relatório parcial da PF sobre o caso antes de se unir à tese de que a ordem de comprar o dossiê partiu de Berzoini, como têm publicado alguns jornais.

Comando

Gabeira acha que, por enquanto, a culpa está recaindo sobre quem assumiu o comando das negociações: o chefe de inteligência do comitê de campanha, Jorge Lorenzetti, embora este tenha afirmado perante a mesma CPI que as informações em poder do empresário Luiz Antonio Vedoin, que venderia o dossiê, estavam sendo trocadas por “assistência jurídica”.

Carlos Sampaio, outro sub-relator, salienta que, a partir do



CPI ouviu hoje dois envolvidos na compra de dossiê contra candidatos do PSDB

exame do sigilo telefônico dos envolvidos no escândalo e das imagens captadas pelo sistema de segurança do hotel Ibis, é possível formular a tese de que Vedoin recebeu R\$ 1 milhão pela entrevista que concedeu à revista *IstoÉ* incriminando os ex-ministros da Saúde José Serra e Barjas Negri, e que os petistas tentaram arrecadar às pressas mais R\$ 1 milhão para comprar informações (que estariam no dossiê) de Vedoin, porém só conseguiram R\$ 789 mil.

Quanto a Berzoini, Sampaio chama a atenção para as ligações

que ele recebeu de seu ex-assessor Oswaldo Bargas, também integrante do “grupo de inteligência”, chamado, posteriormente, por Lula de “alopradados”.

– Ele estava sendo informado de todas as negociações, mas não há provas de que foi quem mandou comprar o dossiê.

O sub-relator negou a existência de um acordo tácito entre os governistas e a oposição para “esfriar” as investigações da CPI.

– Não vamos esmorecer. Quem estiver pensando assim vai se dar mal – garantiu o deputado.

Antero sugere que CPI ouça Abicalil e Mercadante

Antero Paes de Barros (PSDB-MT) propôs, em Plenário, que o deputado federal Carlos Abicalil (PT-MT) e o senador Aloizio Mercadante prestem depoimento à CPI dos Sanguessugas.

De acordo com Antero, Abicalil “teria muito a contar à CPI” sobre a venda de um dossiê antitucano pelos empresários da família Vedoin. O senador também afirma que Mercadante teria se reunido com Oswaldo Bargas e Expedito Veloso “para que estes pudessem orientar os parlamentares do PT quanto ao que deveriam perguntar a Darci e Luiz Antonio Vedoin quando de seus depoimentos no Conselho de Ética do Senado”.

Antero acrescentou que a senadora Ideli Salvatti (PT-SC) teria acompanhado Mercadante durante a reunião.

Em aparte, Sibá Machado (PT-AC) relatou ter conversado por telefone com Mercadante e disse que o colega paulista confirmou ter ouvido Oswaldo Bargas e Expedito Veloso, negando, porém, que a reunião tenha servido para



Antero propõe também a convocação do governador de Mato Grosso, Blairo Maggi orientar parlamentares.

Além da convocação, Antero sugeriu que a CPI quebre o sigilo telefônico de Abicalil. Ele citou o artigo “PT tentou copiar suposto acerto de Maggi com os Vedoin”, da *Folha de S.Paulo* de domingo, em que o jornalista Kennedy Alencar afirma que Abicalil teria procurado em agosto o então presidente do PT, Ricardo Berzoini, para dizer que fora informado de que o governador de Mato Grosso, Blairo Maggi, pagou para que os Vedoin concedessem entrevista à revista *Veja* acusando Antero de envolvimento com a “máfia das

ambulâncias”. A entrevista foi publicada em 20 de agosto.

– A matéria da *Folha de S.Paulo* confirmou que a denúncia publicada contra mim foi fruto de uma armação entre o governador Blairo Maggi e a família Vedoin. Nunca tive relação com essa máfia – garantiu Antero.

Segundo ele, Maggi teria concedido benefícios fiscais para a Planam, isentando-a de pagar o Imposto sobre Veículos Automotores (IPVA) em Mato Grosso, onde comprava as ambulâncias. Mas, quando a empresa revendia os veículos por todo o país, recebia o pagamento do IPVA das prefeituras.

– Isso está documentado na CPI dos Sanguessugas. Não sei por que o governador Maggi não é investigado – questionou.

Em aparte, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) assinalou que toda pessoa investigada por CPIs deveria ser obrigada a ter seus sigilos quebrados. Antero sugeriu o fim dos sigilos de todos os parlamentares brasileiros.



Presidente do conselho, João Alberto tem a missão de assegurar quórum mínimo

Confirmada votação de processos no Conselho de Ética

Os processos disciplinares por quebra de decoro parlamentar contra os senadores Ney Suassuna (PMDB-PB), Serys Silhessarenko (PT-MT) e Magno Malta (PL-ES) serão concluídos esta semana. Quem garante é o presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, senador João Alberto Souza (PMDB-MA), que chegou a Brasília ontem com a missão de assegurar o quórum mínimo de oito dos 15 membros do conselho para votar os três relatórios.

Senado aprova aplauso a dom Cláudio Hummes por nomeação para o Vaticano

No início da sessão plenária de ontem, os senadores aprovaram requerimento de voto de aplauso para o cardeal-arcebispo da Arquidiocese do Estado de São Paulo, dom Cláudio Hummes, recentemente nomeado para o cargo de prefeito da Congregação para o Clero no Vaticano. De autoria de Marco

Maciel (PFL-PE), o documento foi subscrito pelos senadores Papaléo Paes (PSDB-AP), Heráclito Fortes (PFL-PI), Paulo Paim (PT-RS), Ney Suassuna (PMDB-PB) e Alvaro Dias (PSDB-PR).

Ao encaminhar o requerimento, Maciel elogiou a designação de dom Cláudio Hummes, lembrando a luta

do religioso pela defesa dos direitos humanos. Ele fez um breve relato da vida do religioso, nascido no Rio Grande do Sul em 1934 e ordenado sacerdote franciscano em 1958. Em 1975, assumiu a diocese de Santo André (SP) e, em 1996, tornou-se arcebispo de Fortaleza, sendo nomeado, dois anos depois,

arcebispo de São Paulo, a maior arquidiocese do país e a segunda da América Latina.

– Ele agora passa a ocupar essa prefeitura que é muito importante e, certamente, vai continuar a oferecer seus relevantes serviços à Igreja de Cristo – disse Maciel.

O senador também fez referência à nota que a

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) divulgou comemorando a nomeação de dom Cláudio Hummes. O parlamentar afirmou que a nota expressa “a alegria da Igreja Católica Apostólica Romana” do Brasil pela escolha de dom Cláudio para a importante função no Vaticano.

Subcomissão vai debater verba do SUS

A Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), promove hoje, a partir das 14h, audiência pública para discutir os repasses do Sistema Único de Saúde (SUS) aos hospitais e estabelecimentos do setor, em especial àqueles constituídos sem fins lucrativos. O debate resulta de requerimento apresentado pelo senador Flávio Arns (PT-PR) à subcomissão.

Foram convidados a participar da audiência pública no colegiado o ministro da Saúde, Agenor Álvares, que será representado pelo secretário de Atenção à Saúde, José Gomes Temporão; o presidente da Confederação das Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicas (CMB), Antônio Luiz Brito, e um representante do Instituto do Coração do Hospital das Clínicas de São Paulo (Incor), cujo nome ainda será encaminhado à subcomissão.

Presidida pelo senador Papaléo Paes (PSDB-AP), a subcomissão permanente tem como vice-presidente o senador Augusto Botelho (PDT-RR) e é constituída por cinco membros titulares e igual número de membros suplentes.

Cavalcanti ressalta liderança do Brasil no setor de biocombustível

Parlamentar registra uma série de eventos relacionados à área e afirma que, com a bioenergia, o país dá uma lição ao mundo sobre como produzir combustível renovável

“A bioenergia é uma conquista brasileira fantástica irreversível; uma lição ao mundo de como produzir energia renovável”, afirmou ontem, em discurso no Plenário, o senador Roberto Cavalcanti (PRB-PB), ao destacar a liderança do país no segmento de biocombustíveis. Ele registrou a realização de uma série de eventos sobre biodiesel, como a Feira Internacional de Agroenergia e Biocombustíveis – Enerbri 2006 –, a Conferência Internacional de Biocombustíveis, o Simpósio Brasileiro de Agroenergia, e o Encontro Franco-Brasileiro de Biocombustíveis, em Brasília.

Cavalcanti disse que, durante o encontro, o ministro da Agricultura, Luís Carlos Guedes Pinto, “deu uma lição” aos representantes da União Européia, apresentando dados de uma pesquisa segundo a qual o Brasil é um exemplo mundial de preservação de florestas,



Roberto Cavalcanti: país não pode perder oportunidade histórica

tanto em seus primórdios, com as civilizações indígenas, quanto durante a colonização portuguesa. A Comunidade Européia, ao contrário, segundo o senador, teria dado lição de “dizimação de florestas”.

Desempenho

Conforme Cavalcanti, o ministro informou ainda ao público presente

ao evento que o Brasil dobrará sua produção de derivados na agricultura e pecuária, “sem que nenhuma árvore seja cortada”, através da reutilização, por meio de novas tecnologias, de áreas degradadas e do aprimoramento da genética, de tecnologias de colheita e de extração e de produção.

– O Brasil precisa dar demonstrações como essa de que não se submete a críticas internacionais não merecidas – salientou Roberto Cavalcanti, para quem o país não pode perder a oportunidade histórica de liderar “toda a cadeia de biocombustível e dar exemplo para o mundo”.

O parlamentar lembrou declaração feita recentemente pelo ex-presidente norte-americano Bill Clinton, no estado da Califórnia, de que os Estados Unidos deveriam imitar o Brasil na produção de biocombustível.



Avanço tecnológico brasileiro no setor de biocombustível é considerado pelo senador como uma conquista fantástica e irreversível



Garibaldi lamenta falecimento de religioso e de humorista, na sexta

Pesar pela morte de padre Vilela e de Davi Cunha

O senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) lamentou ontem a morte de dois conterrâneos: o padre Antônio Vilela Dantas e o humorista Davi Cunha de Araújo, conhecido como Espanta. Ambos faleceram na última sexta-feira.

O padre Vilela nasceu em 1929, em Natal. Foi ordenado sacerdote, em 19 de dezembro de 1954, pelo então bispo auxiliar de Natal, dom Eugênio de Araújo Sales. Desde 1977 atuava na capital potiguar. Ele faleceu na Casa de Saúde São Lucas, na capital do estado, onde estava internado.

Davi Cunha de Araújo também nasceu em Natal e atuou no programa humorístico *Escolinha do Professor Raimundo* na década de 90. Ele morreu em virtude de traumatismo craniano, depois de um acidente de carro, no Rio Grande do Norte.

– Transmito às famílias o sentimento de pesar de todos os norte-rio-grandenses, na qualidade de representante de todos eles – disse.

Sarney cumprimenta Ellen Gracie por reunir cortes dos países de língua portuguesa

José Sarney (PMDB-AP) cumprimentou ontem, em discurso, a presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Ellen Gracie, pela convocação, no dia 22 de novembro, da reunião das cortes supremas constitucionais e tribunais de recursos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Na reunião, além do intercâmbio de informações, foi apresentada proposta de criação de um banco de dados para ar-

mazenar jurisprudência de todos os tribunais dos países de língua portuguesa.

Conforme Sarney, trata-se de providência extremamente importante, uma vez que se constitui mais um passo no processo de integração dos países de língua portuguesa e vai ao encontro dos objetivos fixados na criação da CPLP.

Participaram da reunião, além da ministra Ellen Gracie e de outros magistrados brasileiros, os

ministros presidentes das cortes constitucionais e tribunais de recursos de Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Timor Leste.

José Sarney também compareceu ao encontro. Em seu pronunciamento, tratou da língua como elemento de unidade política no mundo moderno. Ele citou o exemplo do Brasil, cuja extensão territorial tornaria inviável a unidade política não fosse pela existência da língua como

elemento de integração.

Lembrando o caso do Timor Leste, o senador frisou que nem os muitos anos de dominação pela Indonésia foram capazes de abafar o poder da língua portuguesa naquele território. Para Sarney, a língua foi um dos fatores mais marcantes na luta do povo do Timor Leste pela independência. Ele observou que o português é a terceira língua mais falada no mundo, compartilhada por 230 milhões de pessoas.



José Sarney aponta idioma português como elemento de integração nacional

Papaléo pede contrapartida por áreas verdes no Amapá

Apesar de reconhecer a importância das unidades de conservação para a biodiversidade, senador diz que economia do estado sofre com “tombamento verde”



Papaléo também quer maior fiscalização sobre as ONGs que atuam na Amazônia

Papaléo Paes (PSDB-AP) afirmou ontem, em pronunciamento da tribuna, que o governo federal deveria oferecer uma contrapartida para o “tombamento verde” acentuado que ocorre no Amapá. O senador frisou que não prega o fim nem mesmo a redução das áreas de preservação, mas sim a “sensibilidade política para o ônus que tamanha carga preservacionista representa para o estado e sua gente”. Assim, ele defendeu investimentos que promovam a geração de emprego e renda numa região que é carente, de forma ambientalmente correta.

Segundo o senador, as 11 unidades de conservação que o Amapá abriga ocupam 55% do território do estado. Ele reconhece a necessidade de preservação da rica biodiversidade da região, mas aponta para as consequências negativas do chamado “tombamento verde”. O parlamentar advertiu que o Amapá passa por um processo de “sufocação econômica”.

– Áreas preservadas, sem a menor dúvida, representam uma importante vitória, ainda que incompleta, na batalha contra o desmatamento e a destruição ambiental. Contudo, quando se

tem um percentual como o do meu estado dentro de áreas de preservação, a economia tende a sofrer. Sob o aspecto positivo, essas áreas significam a preservação da diversidade da vida. Sob o aspecto negativo, contudo, resultam em enormes áreas intocáveis pelo homem, impedidas de oferecer uma contrapartida àqueles que delas cuidam – observou.

Papaléo Paes também chamou a atenção para a necessidade de fiscalizar, de maneira mais rigorosa, a atuação de organizações não-governamentais (ONGs) na Amazônia.

– A riqueza da floresta amazônica e a biodiversidade que ela contém são objetos de desejo de inúmeras empresas estrangeiras que vislumbram lucros astronômicos com a comercialização de produtos derivados das pesquisas sobre as riquezas bioquímicas ali contidas – frisou.

O senador acredita que, com a biopirataria, o país pode estar perdendo a Amazônia “molécula a molécula, por meio de um processo discreto, contudo eficiente, de usurpação do conhecimento acerca das riquezas naturais contidas em sua diversidade ecológica”.

Lobão alerta para falta de verbas essenciais ao funcionamento do Ibama

Em discurso feito ontem no Plenário, Edison Lobão (PFL-MA) chamou a atenção para as dificuldades financeiras que vem enfrentando o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

O senador informou que as unidades do órgão pelo país têm dívidas da ordem de R\$ 27 milhões com fornecedores de energia elétrica, combustíveis e

serviços de limpeza, conservação e segurança. Lobão frisou que o Ibama é um dos órgãos ambientais mais importantes da América Latina.

– No entanto, faltam-lhe as verbas essenciais às suas tarefas e agora sofre ameaça de bloquearem as linhas telefônicas por falta de pagamento. Uma verdadeira desmoralização – relatou.

Na avaliação do senador, os

crimes contra o meio ambiente no Brasil seriam menores se o Ibama recebesse os recursos necessários para o seu pleno funcionamento. Segundo observou, a preservação do meio ambiente merece ser prioridade no Brasil, em virtude das agressões contra a natureza ao redor do mundo. Se não fosse o Ibama, opinou, os crimes contra o meio ambiente seriam ainda em maior número.

Lobão ressaltou que a entidade desenvolve projetos em prol da conservação no Maranhão e em outros estados como, por exemplo, cursos básicos para monitores ambientais nas unidades de conservação.

– A missão do Ibama é de relevância internacional nesta época em que o mundo parece acordar para os riscos que ameaçam o planeta Terra – advertiu.



Ação do órgão na proteção ambiental é destaque na América Latina, diz Lobão



Ideli mostra foto que explicaria por que população reelegeu Lula

Governo do presidente Lula melhorou a vida dos brasileiros, afirma Ideli

Ao registrar a realização, no último fim de semana, da primeira reunião do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores após a reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a senadora Ideli Salvatti (PT-SC) mostrou, da tribuna do Plenário, uma fotografia tirada por Ricardo Stuckert, fotógrafo da campanha

de reeleição, que, na avaliação da parlamentar, explica por que a população decidiu dar um novo mandato a Lula.

A imagem exibida pela senadora mostra o rosto de jovens, rapazes e moças, supostamente em uma manifestação. Algumas bandeiras vermelhas estão enroladas. Com uma das mãos, o

rapaz que está ao centro exibe um papel meio amassado, no qual está manuscrito: “O Lula me colocou na faculdade”. Na outra mão, o mesmo rapaz segura uma caneta sem tampa.

– No cartaz também poderia estar escrito “consegui uma casa”, “se instalou luz na minha residência”, “eu estou comendo mais”,

“consegui um emprego”, “meu poder de compra melhorou”. A foto mostra um sentimento que norteou boa parte dos votos atribuídos a Lula, de pessoas que se identificaram como participantes do jogo. Como se quisessem dizer: “A minha vida mudou por causa daquilo ou daquilo outro, e isso foi por tua causa”.

Senadores ressaltam importância da futura comissão parlamentar de inquérito de investigar correção nas transferências de recursos públicos a entidades

Arthur Virgílio quer pressa no início das investigações da CPI das ONGs

Depois de informar que o Tribunal de Contas da União (TCU) estima que os repasses do governo federal a organizações não-governamentais chegam a R\$ 8 bilhões por ano, e que 54% dessa verba são liberados para entidades sem capacidade para executar os convênios assinados, Arthur Virgílio (PSDB-AM) defendeu rapidez no início das investigações da CPI das ONGs, proposta pelo senador Heráclito Fortes (PFL-PI). Ele considerou importante que o governo não tente dificultar os trabalhos da comissão.

– Temos que ver por todas as vias de apuração dos fatos, seja Ministério Público, seja Controladoria Geral da União, seja TCU, seja CPI, quais os beneficiários das fraudes e desvios e apontar as punições cabíveis. Ao mesmo tempo, e esse é o trabalho mais nobre, temos que sugerir os remédios para que as irregularidades não ocorram mais – afirmou Virgílio.



Repasses do governo chegam a R\$ 8 bi, diz Virgílio

A falta de fiscalização foi apontada pelo senador como um dos principais motivos para o desvio de recursos públicos por meio de ONGs. Ele informou que o Ministério da Justiça dispõe de apenas 12 servidores para realizar a análise formal das contas anuais de mais de 4 mil ONGs. Segundo Virgílio, a falta de controle formal é tamanha que nem sequer existe um cadastro único das organizações não-governamentais. Na prática, explicou, uma ONG que

esteja impedida de assinar contrato com um ministério pode firmar convênio com outro sem problema.

Comparando o total de recursos repassados durante os quatro primeiros anos do governo Lula com os oito anos do mandato de Fernando Henrique Cardoso, Virgílio informou que apenas a ONG Unitrabalho, que tem como colaborador Jorge Lorenzetti (acusado de envolvimento na compra de um dossiê contra políticos do PSDB) recebeu R\$ 18,5 milhões, cinco vezes mais que todos os repasses do governo FHC.

“Inquisição”

Virgílio também afirmou ontem que uma “inquisição” está em curso no governo Lula, mais precisamente no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Ele revelou

que, por meio de uma portaria, o ministro Luiz Fernando Furlan nomeou os servidores Sandro Meira Ricci, Márcia Terezinha Radicchi e Uilton Gutemberg Moreira dos Santos para constituírem uma Comissão de Sindicância incumbida de apurar, no prazo de 30 dias, o “responsável pelo fornecimento da cópia do Aviso nº 127/GM-MDIC a Arthur Virgílio”.

O senador lembrou que já havia revelado a existência de um documento do ministro que retira do estado do Amazonas a exclusividade para abrigar as indústrias de semicondutores destinados à nova TV digital.

– O ministro e a Casa Civil desmentiram a existência do aviso, mas a mentira tem pernas curtas – declarou Virgílio, acrescentando que o documento não só existia como, agora, o ministro Furlan promove uma “caça às bruxas” sem saber se foi alguém do ministério que lhe passou a cópia do documento.



Jucá diz acreditar que a nota fiscal eletrônica poderá diminuir as fraudes tributárias no país

Jucá apóia maior controle de repasses para organizações

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), defendeu um maior controle dos repasses de recursos públicos para as organizações não-governamentais (ONGs).

Jucá disse que o tema das ONGs é de extrema importância para o Brasil e merece a atenção do Congresso frente à discussão de mecanismos de controle e transparência dos repasses públicos. O senador, que é relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), informou que já acrescentou à lei diversos dispositivos visando a aumentar a transparência e o acompanhamento, pelo poder público e pela sociedade civil, das contratações e repasses de verbas para organizações.

– Quero registrar minha disposição de atuar para ajudar a construirmos um modelo que separe a entidade que quer atuar junto à sociedade das que são criadas para desviar recursos – prometeu.

Jucá ressaltou que é de interesse do governo federal e do ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, a fiscalização dos repasses. Ele conclamou o governo, o Tribunal de Contas da União (TCU) e o Congresso a buscarem “uma nova mecânica” que proporcione mais dinamismo, acompanhamento, transparência e responsabilidade nessas transações.

O senador aproveitou para anunciar a criação, pelo Ministério da Fazenda e pela Receita Federal, da nota fiscal eletrônica, que poderá agilizar o processo contábil da economia brasileira. Primeiramente, explicou Jucá, o dispositivo será testado em alguns estados.

Heráclito garante que comissão não vai prejudicar entidades

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) garantiu em Plenário, ontem, que o trabalho de investigação da CPI destinada a apurar a liberação pelo governo federal de recursos públicos para organizações não-governamentais (ONGs) não deverá prejudicar as entidades idôneas que prestam relevantes serviços sociais para o país.

– Já disse aqui e reitero que não é objetivo dessa investigação prejudicar as ONGs sadias, as que têm serviços prestados; mas também não é objetivo

nosso permitir que ONGs que vivem sugando o dinheiro público continuem a fazê-lo com a omissão de um Legislativo que tem, dentre suas funções, aquela de fiscalizar – ressaltou.

Ao mencionar reportagem exibida no programa *Fantástico*, da TV Globo, sobre a prisão de “ongueiros” acusados de desviar recursos públicos para o combate de doenças, Heráclito considerou o trabalho de investigação a ser desenvolvido pela CPI das ONGs como fundamental para separar as boas

entidades das ruins.

– Não é justo que pessoas se utilizem de mecanismos ágeis para, em nome de uma entidade que supostamente serviria para combater doenças como câncer, com suas arapucas, malversar o recurso público – afirmou.

Em apartes, os senadores Roberto Cavalcanti (PRB-PB) e Flávio Arns (PT-PR) manifestaram seu apoio ao pronunciamento de Heráclito. Arns destacou a importância de distinguir as entidades do terceiro setor que prestam serviço relevante.



Heráclito: trabalho a ser feito por CPI irá separar as boas ONGs das ruins



Arns lamenta a morte de Emílio Mudre e comemora ordenação de Wilson Czaia

Flávio Arns destaca dois exemplos de luta pela inclusão

O senador Flávio Arns (PT-PR) apresentou ontem dois requerimentos, um de pesar e outro de felicitações, em que destaca exemplos de luta pela inclusão e a cidadania plena.

O requerimento de pesar é endereçado à família de Emílio Mudre, falecido no último dia 20 em acidente automobilístico.

O de felicitações é dirigido à Arquidiocese de Curitiba, na pessoa do arcebispo metropolitano dom Moacyr José Vitti, pela ordenação do padre Wilson Czaia.

Arns disse que Emílio Mudre foi um dos grandes líderes do movimento das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apaes) no Paraná e no Brasil,

tendo liderado o processo de criação, capacitação e acompanhamento das 320 Apaes do Paraná ao longo de 30 anos.

– Sua morte trouxe um grande vazio para o movimento apaeano no Paraná e no Brasil – lamentou.

Quanto ao recém ordenado Wilson Czaia, Arns destacou que

ele é o primeiro padre deficiente auditivo de nascimento a ser ordenado no Paraná e o segundo no Brasil.

– O padre Wilson é um exemplo da luta da pessoa com deficiência para ser incluída em todos os setores da sociedade. Os caminhos têm que ser abertos para cidadania plena – concluiu.

Paim destaca alcance de emendas orçamentárias de comissões

Paulo Paim (PT-RS) comunicou ontem ao Plenário que, como relator das emendas ao projeto de Lei Orçamentária de 2007 na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e na Comissão de Educação (CE), procurou acolher o maior número possível de solicitações dos senadores. O parlamentar informou que os valores globais das emendas foram de R\$ 1,85 bilhão na CDH e R\$ 3 bilhões na CE.

Paim destacou a iniciativa da CDH que destina R\$ 600 milhões à Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, para apoio às ações adotadas pelo órgão, e outra, da CE, que propõe R\$ 1,2 bilhão para o fomento ao desenvolvimento da educação profissional.

A CDH, conforme o senador, também aprovou emenda que reserva R\$ 500 milhões ao Fundo Nacional de Assistência Social, para a concessão de bolsa a crianças e adolescentes em situação de trabalho. A CE destinou R\$ 1 bilhão para a construção de creches, R\$ 200 milhões para a instalação de bibliotecas públicas, R\$ 200 milhões para o desenvolvimento da produção de combustível para usinas nucleares e R\$ 400 milhões para a implantação e modernização da infra-estrutura para o desenvolvimento do esporte recreativo e de lazer.

Paim disse ainda que apresentou emendas tanto na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) quanto na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), no valor de R\$ 200 milhões, para a recuperação do rio dos Sinos, em seu estado, cuja bacia hidrográfica encontra-se em tal estado de degradação que 86 toneladas de peixes de 12 espécies morreram desde o início de outubro. O



Paim diz que promoção da igualdade racial deve contar com R\$ 500 milhões

senador gaúcho agradeceu a Sibá Machado (PT-AC) por ter assinado a emenda proposta por ele à comissão.

Em aparte, Sibá Machado afirmou que considera a necessidade da recuperação de bacias hidrográficas do país uma questão nacional.

Previdência

Passando a abordar a reforma previdenciária, Paim advertiu ser preciso evitar prejuízo àqueles que, durante toda a sua vida, contribuíram com o Regime Geral da Previdência, e, de um momento para o outro, ficaram engessados pela aposentadoria vinculada à idade, uma vez que o fator previdenciário trabalha com a expectativa de vida.

– Entendo que, para quem está no sistema, deveria valer o princípio do direito adquirido. A reforma deveria vir para melhorar – argumentou.

O senador manifestou-se contra aumento do subsídio dos parlamentares.

– Acho que isso é uma afronta, levando-se em conta que temos que brigar por um salário mínimo de R\$ 400. Esse tipo de discussão não soma nada, e cria um constrangimento enorme para todos os senadores e deputados, e em momento inadequado. Sou contra essa posição e acho que ela tem de ser encerrada o mais rápido possível – salientou.

Para o senador, é necessário que existam partidos na oposição para “carregar a bandeira da esperança e do sonho em um país diferente por meio de uma revolução educacional”

Cristovam Buarque defende a permanência do PDT na oposição

“Se a maioria do PDT decidir que deve entrar no governo, eu não vou sair do partido; mas peço aos governadores, prefeitos e parlamentares que defendem o apoio ao governo que digam também que, se o partido resolver ficar na oposição, eles continuarão no PDT”. O pedido foi feito ontem pelo senador Cristovam Buarque (PDT-DF) que, da tribuna, justificou sua posição contrária ao ingresso de seu partido na base de sustentação do governo.

A primeira razão citada por Cristovam para o PDT permanecer na oposição foi o fato de o presidente Lula, após tomar posse em 2003, ter “ignorado, relegado, desprezado, tratado mal e desrespeitado” o então presidente do partido, Leonel Brizola, que o apoiou no segundo turno da eleição de 2002. O senador também constatou que,



Cristovam: Lula não cumpriu promessas de campanha

nos quatro anos do seu primeiro mandato, Lula deixou de cumprir vários compromissos assumidos.

Outra razão alegada por Cristovam foi a necessidade de que existam partidos na oposição para “carregar a bandeira da esperança e do sonho em um país diferente por meio de uma revolução educacional”.

– Muitos parlamentares, prefei-

tos e governadores têm dito que, sem entrar no governo, não terão recursos para governar. Se para exercer o cargo de prefeito, recebendo recursos da nação, for preciso estar junto do presidente, ele não merece que a gente esteja lá – opinou.

Em aparte, Tião Viana (PT-AC) declarou que o papel do presidente Lula como dirigente é construir uma coalizão que garanta

a governabilidade. Alvaro Dias (PSDB-PR) registrou que uma oposição afirmativa e investigativa que denuncie e aponte desmandos é fundamental para que o presidente possa governar com transparência e segurança. Sibá Machado (PT-AC), por sua vez, assegurou que jamais Lula tentará cooptar qualquer partido.

Motta apela ao governo pela adoção de medidas para volta do crescimento

João Batista Motta (PSDB-ES), em discurso feito ontem, apelou ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva e ao PMDB – partido que declarou apoio ao governo – para que adotem as providências necessárias para que o país volte a crescer. Para Motta, Lula já teria demonstrado estar ciente dos entraves que impedem o Brasil de obter o desejado crescimento econômico, como câmbio supervalorizado e leis ambientais mal aplicadas.

– Ora, se [o presidente] sabe onde está o problema, por que não procura nomear um ministério competente, técnico, que resolva os problemas mais urgentes?

– indagou, fazendo um apelo por uma solução para o crescimento econômico.

O parlamentar voltou a criticar os “pseudo-ambientalistas” e as organizações não-governamentais estrangeiras, as quais considera culpadas pelos entraves de caráter ambiental que estariam dificultando o crescimento econômico.

Sugeriu a indexação do salário mínimo ao produto interno bruto (PIB) e criticou o atual valor de R\$ 350, quando, observou, o Poder Judiciário se movimentou para aumentar seu teto salarial para algo próximo de R\$ 30 mil.

Motta criticou ainda entrevista do presidente do PMDB, Michel



Motta critica os “pseudo-ambientalistas” por dificultar o avanço econômico do país

Temer, à Rede Bandeirantes, em que ele teria justificado o apoio do partido ao governo, pela crença na promessa de retomada do crescimento.

– Será que falou a verdade, acredita nisso ou é por uma meia dúzia de cargos? – questionou.



ACM: “Não foi apurada coisa alguma de mais de dez denúncias de um juiz”

Antonio Carlos rebate nota do corregedor Nacional de Justiça

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) rebateu ontem, da tribuna, nota divulgada pelo corregedor Nacional de Justiça e ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Antônio de Pádua Ribeiro. Na nota, Pádua se defende de acusações feitas pelo senador no dia 14, sobre a falta de apuração de várias denúncias pela Corregedoria do Conselho

Nacional de Justiça (CNJ).

Após tachar a nota de pouco esclarecedora, Antonio Carlos fez novas acusações contra Pádua. “Como ele disse que está tudo sendo apurado, eu trouxe um telegrama de um juiz para o conselho, que vou mandar entregar também à ministra Ellen Gracie [presidente do CNJ e do Supremo Tribunal Federal].

Até agora não foi apurada coisa alguma de mais de dez denúncias de um juiz sobre o Conselho Nacional de Justiça”, frisou.

O parlamentar aconselhou a presidente do CNJ “a ser mais firme e obrigar o conselho a trabalhar mais”.

– Existem conselheiros notáveis, são todos muito bons, mas é preciso haver comando e o

conselho não está com comando porque a presidente Ellen Gracie tem muitos afazeres e passa para o corregedor todos os casos que ele engaveta, como era de hábito no passado – afirmou.

Antonio Carlos criticou ainda a operação tapa-buracos, implementada pelo governo federal no início do ano, para realizar reparos emergenciais nas rodovias.



Livre comércio não é um instrumento direto de integração, avalia Crivella

Crivella propõe integração econômica das Américas

Marcelo Crivella (PRB-RJ) defendeu um modelo de integração da América Latina, que futuramente poderia ser estendido à América do Norte. A medida estaria calcada no que foi feito, inicialmente, no Mercado Comum Europeu, que promoveu efetiva integração econômica entre seus membros antes de partir para o livre comércio regional.

O senador disse que a integração econômica é um imperativo para o desenvolvimento da América Latina. Observou, no entanto, que não vê o livre comércio como instrumento que contribua diretamente nesse sentido, sobretudo nos estágios iniciais do processo.

– O livre comércio é o último passo a ser dado numa longa caminhada de integração econômica – assinalou.

Crivella apresentou a proposta depois de participar de encontro, no dia 11, em Bogotá, na Colômbia, com deputados e senadores de 22 países, entre os quais Canadá e Argentina. Para alcançar os objetivos, seriam necessários, conforme o parlamentar, avanços para uma efetiva integração industrial entre os países. Do contrário, segundo ele, a integração consistiria apenas em isenções tributárias de exportação e não no comércio de produtos diferenciados pela tecnologia e produtividade.

Na avaliação de Crivella, a rejeição da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) pelos países da América Latina é um indicativo de que o livre comércio aplicado a países com economias assimétricas apenas cristalizaria as diferenças de capacidade produtiva, tecnológicas e de renda.

Se o marco inicial da integração das Américas for o Mercosul, afirmou o senador, as etapas que facilitarão o processo seriam a adoção de uma moeda contábil comum, seguindo-se um programa comum de especialização da indústria básica.

Senador lembra desigualdades entre regiões brasileiras e destaca que substitutivo da Casa à proposta de recriação de superintendência enriquece as suas atribuições

Maciel apela a deputados por recriação da Sudene

“O Nordeste é ainda hoje a grande prioridade nacional”, afirmou Marco Maciel (PFL-PE), ao conclamar os deputados a aprovarem o projeto (PLC 59/04) de recriação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). O senador disse que a volta do órgão pode alavancar o desenvolvimento da região, “o grande desafio brasileiro”.

Elaborada pelo Poder Executivo, a proposição foi aprovada pela Câmara em agosto de 2004 e pelo Senado no fim de 2005, na forma de substitutivo. Na opinião de Maciel, o projeto foi enriquecido pelo substitutivo elaborado pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), que aumentou as atribuições da Sudene.

– Outra vantagem do substitutivo é a criação de um fórum político, um conselho que vai avaliar permanentemente os projetos executados e propor os ajustes necessários – avaliou.

Maciel lembrou que o Brasil ainda convive com agudas desigualdades de renda, tendo as regiões Sul e Sudeste renda *per capita* bem maior que a do Nordeste. A região, frisou, apresenta números pouco signi-



Maciel: alavancar o Nordeste é o grande desafio do país

ficativos nos campos econômico e social. O senador observou que, embora tenha havido avanços no Nordeste nos últimos 50 anos, o país não conseguiu construir um verdadeiro projeto de desenvolvimento que reduzisse o fosso existente entre aquela região e o Sul-Sudeste.

Ele citou organismos importantes que surgiram antes da Sudene, como a Companhia Hidroelétrica do Vale do São Francisco (Chesf), a Comissão do Vale do São Francisco e o Banco do Nordeste, e destacou que, durante o governo Juscelino Kubitschek (janeiro de 1956 a janeiro de 1961), a superintendência começou a dar seus

primeiros passos após a criação do Grupo de Trabalho e Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), “o estopim do debate” de uma política voltada para o progresso da região.

– O Nordeste começou a conhecer novos tempos através de uma ação planejada.

O senador disse esperar que a nova superintendência seja uma instituição atualizada, que repense os erros

e repita os acertos da antiga Sudene – “um órgão que era atento aos diferentes segmentos produtivos do Nordeste”. Na avaliação de Maciel, a Sudene contribuiu decisivamente para alterar a fisionomia da região, que, apesar disso, continua sendo o maior pólo de pobreza do país, com limitações que impedem seu crescimento.

Em aparte, Ney Suassuna (PMDB-PB) elogiou o pronunciamento e afirmou que a recriação da Sudene é fundamental para a Região Nordeste, que tem “vivido à margem do desenvolvimento do país”.

Suassuna defende incentivo ao emprego para jovens

Ney Suassuna (PMDB-PB) chamou a atenção das autoridades, em âmbito federal, estadual e municipal, para a necessidade de se implementar mais programas de incentivo ao emprego para os jovens, “pois a taxa de desemprego entre brasileiros jovens é duas vezes maior do que a verificada entre adultos”.

A dificuldade de acesso dos jovens ao mercado de trabalho, disse o senador, vem sendo exacerbada por limitações do mercado e por exigências de escolaridade mais elevada.

– Nesse cenário, até mesmo a população empregada vive em permanente tensão, dada a necessidade de contínua atualização com os novos procedimentos e as novas tecnologias.

Suassuna defendeu mecanismos de incentivos a empresas contratantes de mão-de-obra



Na Paraíba, cerca de 96 mil jovens estão em situação de penúria, diz Suassuna

jovem, como a subvenção econômica e o reconhecimento da responsabilidade social. Ele sugeriu ainda o oferecimento pelas empresas de propostas de estágios regulares, a absorção de jovens por cooperativas e o estímulo ao empreendedorismo e à efetiva formação profissional.

O senador acrescentou que,

segundo o Ministério do Trabalho, 1,4 milhão de jovens foram atendidos em alguma das oito modalidades de programas em funcionamento desde o lançamento do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego de Jovens, em outubro de 2003, e que 841 mil deles foram encaminhados para algum emprego.

– O que não significa, como reconhecem as autoridades do setor, que esses jovens foram efetivamente inseridos no mercado formal de trabalho.

Referindo-se a pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Suassuna manifestou preocupação com o impacto do desemprego em regiões mais carentes como a Região Nordeste, que concentra 49% dos jovens entre 16 e 24 anos desocupados ou precariamente ocupados.



“Ficaria mais feliz se tivesse outras oportunidades de aplaudir”, afirma Alvaro

Alvaro Dias elogia subsídio do governo para casa própria

Alvaro Dias (PSDB-PR) elogiou ontem o anúncio do governo de que vai subsidiar a casa própria para trabalhadores de baixa renda. O senador observou, no entanto, que isso não significa que a oposição deve se render à cooptação que o governo Luiz Inácio Lula da Silva está promovendo por meio do “adesismo fácil e do fisiologismo”.

– Fico feliz quando posso aplaudir o governo. Uma coisa rara, pela ausência de momentos inteligentes desse governo. Até então, o governo Lula não havia tomado nenhuma iniciativa nesse setor. Com isso, o déficit habitacional cresceu. Só no meu estado, são 260 mil famílias que sonham com a casa própria. Ficaria mais feliz se tivesse outras oportunidades para aplaudir – afirmou.

O senador Roberto Cavalcanti (PRB-PB) disse, em aparte, que por meio da construção civil será possível gerar empregos e pediu que o governo financie apenas a construção de imóveis novos e não mais imóveis usados. A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) lembrou que já existem resultados positivos na área da construção civil devido a medidas anteriores, como a desoneração tributária dos materiais de construção e a ampliação dos financiamentos a todas as faixas de renda.

Oposição

Alvaro Dias ainda rejeitou a tese da necessidade do tipo de governabilidade defendido pelo presidente Lula nas negociações com os partidos. O senador condenou também uma recente declaração do presidente, pedindo que só lhe façam oposição em 2010.

– Isso é uma tentativa de neutralizar forças políticas de oposição para que tenhamos um país de um livro só, o país da unanimidade, ignorando que toda unanimidade é burra. Não é essa governabilidade que se deseja, com inexistência da crítica, a governabilidade do amém – concluiu.